

EDUCAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS: EFETIVIDADE DA LEI Nº 13.722/2018 (LEI LUCAS) NAS ESCOLAS E IMPACTO NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

FIRST AID EDUCATION: EFFECTIVENESS OF LAW NO. 13.722/2018 (LUCAS LAW) IN SCHOOLS AND ITS IMPACT ON HEALTH TRAINING

EDUCACIÓN EN PRIMEROS AUXILIOS: EFICACIA DE LA LEY N.º 13.722/2018 (LEY LUCAS) EN LAS ESCUELAS Y SU IMPACTO EN LA FORMACIÓN EN SALUD



10.56238/sevened2026.004-017

Naiara Cristina de Souza Garajau

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Norte Paraná (UNOPAR)

E-mail: naiaragarajau5@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9764-4109>

Lorena Barbosa de Castro Bittencourt

Graduanda em Psicologia

Instituição: Faculdade Boas Novas

E-mail: lor_m12@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8311-5501>

Stefanie Silva Vieira

Graduada em Psicologia

Instituição: Faculdade Pio Décimo

E-mail: Stefanie.vieira@hotmail.com

Ricardo Maciel Torres

Graduando em Medicina

Instituição: Faculdade de Educação de Jaru - (FIMCA)

E-mail: mvriscardotorres@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5462-0334>

Matheus Cirqueira Miranda

Graduada em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)

E-mail: enf.matheus@outlook.com.br

Orcid: <https://lattes.cnpq.br/3982371579997890>

Felipe Esser Fischer Santos

Graduado em Psicologia

Instituição: Centro Universitário Guairacá (UNIGUAI RACA)

E-mail: felipeesserpsi@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2417561350564425>**Rivaldo Pereira Silva**

Graduando em Enfermagem

Instituição: Faculdade de Educação São Francisco

E-mail: silvarivaldo328@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8479770655870038>**Francisco Jario Ribeiro Campos**

Mestrando em Ensino na Saúde

Instituição: Secretaria de Educação do Estado do Ceará

E-mail: jarioribeiroef@gmail.com

Orcid: <https://lattes.cnpq.br/2389163634154254>**Luana Batista da Silva**

Graduada em Enfermagem

Instituição: Faculdade de Enfermagem Santa Emília de Rodat

E-mail: luanaenf.batista@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4937614741594594>**Maria José Francallino da Rocha Pereira**

Graduada em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal do Acre

E-mail: mjfrancalino@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4903-1951>

RESUMO

A Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) estabelece a obrigatoriedade da capacitação em primeiros socorros para profissionais da educação, visando promover segurança e proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente escolar. Este estudo analisou a efetividade da lei e seus impactos na formação em saúde dos profissionais, por meio de revisão bibliográfica e documental de caráter qualitativo e exploratório-descritivo. A análise evidenciou que, embora a legislação represente avanço significativo, sua implementação apresenta desafios, incluindo lacunas na realização de treinamentos regulares, insuficiência de prática simulada, padronização incompleta dos conteúdos e desigualdade no suporte institucional. Observou-se que a consolidação das competências em primeiros socorros depende de capacitações contínuas, integração entre saúde e educação, exercícios práticos, simulações de emergência e avaliação sistemática do desempenho. Estratégias estruturadas, alinhadas a protocolos de referência, podem reduzir inconsistências na resposta a intercorrências e aumentar a confiança dos profissionais na atuação em situações críticas. Além disso, a investigação indicou que fatores institucionais, como infraestrutura, programas de acompanhamento e parcerias interdisciplinares, influenciam diretamente a efetividade da lei. Pesquisas futuras devem explorar metodologias de ensino ativas, acompanhar longitudinalmente o desenvolvimento de habilidades, identificar barreiras à

implementação e avaliar como as políticas públicas podem reforçar a capacitação. Conclui-se que a Lei Lucas é essencial para a promoção da educação em primeiros socorros e formação em saúde, mas seu sucesso depende de ações contínuas, estruturadas e integradas, garantindo profissionais preparados para proteger a vida no ambiente escolar.

Palavras-chave: Capacitação. Educação. Segurança. Simulação. Treinamento.

ABSTRACT

Law No. 13.722/2018 (Lucas Law) establishes the mandatory requirement for first aid training for education professionals, aiming to promote the safety and comprehensive protection of children and adolescents in the school environment. This study analyzed the effectiveness of the law and its impacts on the health training of professionals, through a qualitative and exploratory-descriptive bibliographic and documentary review. The analysis showed that, although the legislation represents a significant advance, its implementation presents challenges, including gaps in the provision of regular training, insufficient simulated practice, incomplete standardization of content, and inequality in institutional support. It was observed that the consolidation of first aid competencies depends on continuous training, integration between health and education, practical exercises, emergency simulations, and systematic performance evaluation. Structured strategies, aligned with reference protocols, can reduce inconsistencies in the response to incidents and increase the confidence of professionals in acting in critical situations. Furthermore, the investigation indicated that institutional factors, such as infrastructure, monitoring programs, and interdisciplinary partnerships, directly influence the effectiveness of the law. Future research should explore active teaching methodologies, longitudinally monitor the development of skills, identify barriers to implementation, and evaluate how public policies can strengthen capacity building. It is concluded that the Lucas Law is essential for promoting first aid education and health training, but its success depends on continuous, structured, and integrated actions, ensuring professionals prepared to protect life in the school environment.

Keywords: Capacity Building. Education. Safety. Simulation. Training.

RESUMEN

La Ley N.º 13.722/2018 (Ley Lucas) establece la obligatoriedad de la formación en primeros auxilios para los profesionales de la educación, con el objetivo de promover la seguridad y la protección integral de niños, niñas y adolescentes en el ámbito escolar. Este estudio analizó la eficacia de la ley y su impacto en la formación sanitaria de los profesionales mediante una revisión bibliográfica y documental cualitativa, exploratorio-descriptiva. El análisis mostró que, si bien la legislación representa un avance significativo, su implementación presenta desafíos, incluyendo deficiencias en la formación regular, prácticas simuladas insuficientes, estandarización incompleta del contenido y desigualdad en el apoyo institucional. Se observó que la consolidación de las competencias en primeros auxilios depende de la formación continua, la integración entre la salud y la educación, ejercicios prácticos, simulacros de emergencia y la evaluación sistemática del desempeño. Las estrategias estructuradas, alineadas con los protocolos de referencia, pueden reducir las inconsistencias en la respuesta a incidentes y aumentar la confianza de los profesionales para actuar en situaciones críticas. Además, la investigación indicó que factores institucionales, como la infraestructura, los programas de monitoreo y las colaboraciones interdisciplinarias, influyen directamente en la eficacia de la ley. Las investigaciones futuras deberían explorar metodologías de enseñanza activa, monitorear longitudinalmente el desarrollo de habilidades, identificar barreras para su implementación y evaluar cómo las políticas públicas pueden fortalecer el desarrollo de capacidades. Se concluye que la Ley Lucas es esencial para promover la educación en primeros auxilios y la formación en salud, pero su éxito depende de acciones continuas, estructuradas e integradas que garanticen profesionales preparados para proteger la vida en el entorno escolar.

Palabras clave: Desarrollo de Capacidades. Educación. Seguridad. Simulación. Formación.

1 INTRODUÇÃO

A escola é reconhecida como um espaço de proteção, cuidado e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, assumindo papel central na garantia de direitos fundamentais, como a vida, a saúde e a educação, conforme estabelecido pela Lei nº 9.394/1996, que define a educação como processo voltado à formação plena do indivíduo. No entanto, mesmo sendo um ambiente planejado para promover segurança, situações de urgência e emergência podem ocorrer de forma inesperada, como quedas, engasgos, crises convulsivas e outras intercorrências clínicas. Diante desses eventos, a atuação imediata e adequada dos profissionais que convivem diariamente com os estudantes torna-se determinante para a preservação da vida e para a redução de agravos evitáveis (Brasil, 1996).

A ausência de preparo técnico em primeiros socorros no ambiente escolar historicamente expôs fragilidades na resposta a acidentes, evidenciando riscos à saúde dos estudantes e lacunas na formação dos profissionais da educação. A promulgação da Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, emerge como resposta normativa a esse cenário, ao tornar obrigatória a capacitação de professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros, fortalecendo a responsabilidade institucional das escolas e a proteção integral da criança e do adolescente (Brasil, 2018).

A implementação da Lei Lucas insere-se na interface entre saúde e educação, dialogando com os princípios do Sistema Único de Saúde e com as diretrizes educacionais brasileiras, ao reconhecer a escola como espaço estratégico para ações de prevenção e promoção da saúde (Brasil, 1990). A capacitação em primeiros socorros amplia a segurança no ambiente escolar e contribui para o desenvolvimento de competências essenciais nos profissionais, favorecendo respostas mais seguras e eficazes frente a situações emergenciais (Freitas *et al.*, 2023).

Apesar do avanço representado pela legislação, desafios persistem quanto à efetividade da sua aplicação, incluindo a periodicidade das capacitações, a padronização dos conteúdos e a consolidação do aprendizado prático. Avaliações realizadas em diferentes contextos escolares evidenciam que, embora haja reconhecimento da importância da Lei Lucas, ainda existem limitações na operacionalização das ações formativas e na incorporação do conhecimento ao cotidiano escolar (Mantovani *et al.*, 2023).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a efetividade da Lei nº 13.722/2018 na educação em primeiros socorros nas escolas e discutir seus impactos na formação em saúde dos profissionais da educação.

2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e natureza exploratória-descritiva, realizada em dezembro de 2025. Esse delineamento metodológico possibilitou a sistematização e a interpretação crítica de produções acadêmicas e de

documentos normativos relacionados à educação em primeiros socorros no ambiente escolar e à efetividade da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas), contribuindo para uma compreensão ampliada do tema investigado, conforme orientações metodológicas propostas por Gil (2019).

2.1 BUSCA NAS BASES DE DADOS E AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS

As buscas foram orientadas pela seguinte questão norteadora: “De que modo a produção acadêmica e os documentos normativos abordam a efetividade da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) na educação em primeiros socorros nas escolas e seus impactos na formação em saúde dos profissionais da educação?”.

O levantamento das referências foi realizado nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed (National Library of Medicine) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos CAPES), além de repositórios institucionais e documentos oficiais de órgãos governamentais, considerando a legislação educacional e sanitária vigente.

Foram utilizados descritores em português, aplicados em entrecruzamento por meio dos operadores booleanos AND e OR, incluindo os termos: (primeiros socorros), (educação em saúde), (ambiente escolar), (Lei Lucas) e (Lei nº 13.722/2018). Posteriormente, os mesmos descritores foram empregados em inglês, utilizando-se os termos: (first aid), (health education), (school environment), (Lucas Law) e (Law No. 13,722/2018).

2.1.1 Critérios de inclusão e exclusão dos artigos

Foram incluídas produções acadêmicas publicadas nos últimos cinco anos e documentos oficiais que apresentassem relação direta com a educação em primeiros socorros no ambiente escolar e com a aplicação da Lei nº 13.722/2018, abrangendo artigos científicos, estudos empíricos, revisões de literatura e legislações educacionais e sanitárias. Consideraram-se como critérios de inclusão a pertinência temática, a relevância científica e a consonância com os objetivos do estudo.

Foram excluídos materiais duplicados, publicações sem relação direta com a temática investigada, estudos que abordassem os primeiros socorros de forma superficial ou desarticulada do contexto escolar, bem como textos que não apresentassem consistência metodológica ou respaldo teórico.

2.2 SELEÇÃO E AMOSTRA DOS ESTUDOS

A busca resultou na identificação de 124 produções. Na etapa de triagem e remoção de duplicidades, 25 estudos foram excluídos, restando 99 materiais para análise inicial. Após a leitura dos

títulos e resumos, 44 produções foram consideradas irrelevantes ou fora do escopo do estudo, resultando em 55 trabalhos para leitura completa.

Após a análise detalhada dessas produções, 30 estudos não atenderam aos critérios de inclusão, sendo excluídos da amostra final. Dessa forma, 14 estudos foram selecionados para compor o corpus da análise qualitativa, sendo 10 artigos provenientes das bases científicas (SciELO, PubMed/MEDLINE e Periódicos da CAPES) e 4 documentos oriundos de órgãos governamentais, incluindo legislações e normativas oficiais das áreas da educação e da saúde. Essa composição amostral possibilitou uma análise articulada entre a produção científica e o marco legal brasileiro acerca da efetividade da Lei nº 13.722/2018 nas escolas e de seus impactos na formação em saúde dos profissionais da educação.

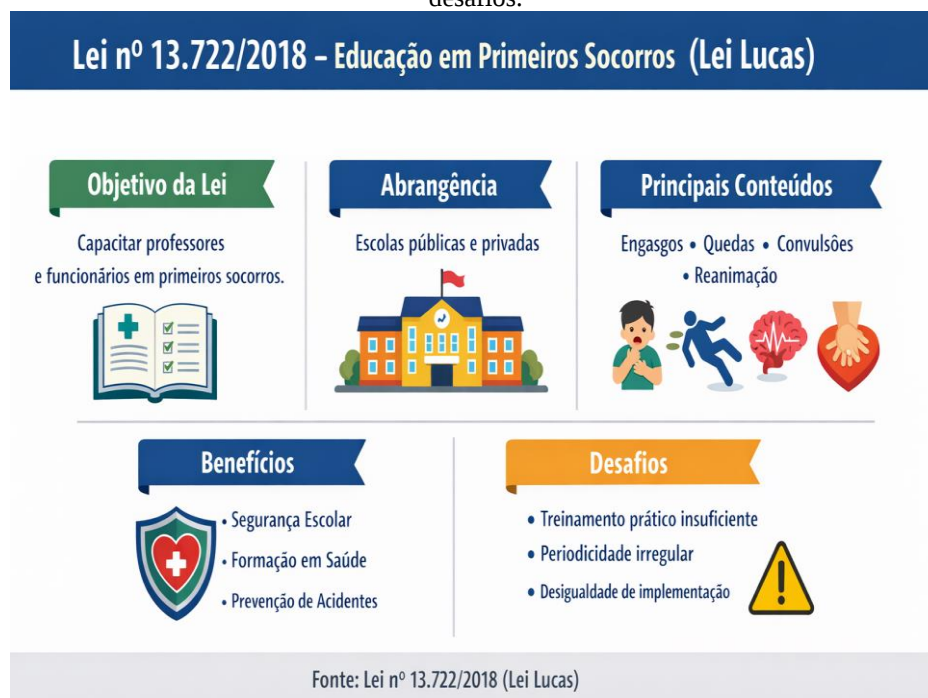
2.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE EMPREGADA NO ESTUDO

A análise do material selecionado foi conduzida por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). O processo iniciou-se com a leitura flutuante, permitindo a familiarização com o corpus e a identificação de ideias recorrentes relacionadas à educação em primeiros socorros, à aplicação da Lei Lucas e à formação em saúde no contexto escolar. Em seguida, procedeu-se à exploração do material, com a identificação de unidades de sentido e a organização de eixos temáticos, considerando critérios de recorrência, relevância e coerência com os objetivos do estudo. Por fim, realizou-se o tratamento interpretativo dos resultados, articulando os achados ao referencial teórico adotado, possibilitando a construção de inferências críticas sobre a efetividade da legislação analisada.

3 RESULTADOS

Foram selecionados quatorze estudos que permitiram identificar dados consistentes sobre a efetividade da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) na capacitação em primeiros socorros no ambiente escolar, conforme Figura (1).. Entre os dez artigos acadêmicos, Freitas *et al.* (2023) observaram que, embora 78% dos profissionais tenham participado de algum treinamento, apenas 45% se sentiam plenamente preparados para agir em situações de emergência, evidenciando lacunas no preparo técnico e na confiança prática.

Figura (1). Infográfico resumindo a Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas), seus objetivos, abrangência, conteúdos, benefícios e desafios.



Fonte: Autores, (2025).

Oliveira *et al.* (2023) relataram que a implementação da lei em escolas de Guaratinguetá aumentou o conhecimento teórico, mas persistiram dificuldades na execução prática de procedimentos sob pressão, reforçando a de treinamentos simulados. Pereira, Silva e Loureiro (2020) identificaram que a repetição e a periodicidade dos treinamentos melhoram a retenção de conhecimento em até 65% dos profissionais, mostrando que a capacitação pontual não é suficiente para consolidar habilidades. Pereira (2023) acrescenta que a abordagem apenas teórica compromete a internalização das técnicas de primeiros socorros, sendo essencial a realização de exercícios práticos e simulações de emergência.

Entre os quatro documentos governamentais analisados, os resultados indicam que a implementação da Lei Lucas varia entre regiões e instituições, sendo mais efetiva em locais com suporte institucional estruturado e programas contínuos de formação (Torres e Paz, 2022). Andrade *et al.* (2025) verificaram que algumas escolas desenvolveram planos de capacitação sistemáticos, com acompanhamento do aprendizado, enquanto outras realizaram treinamentos pontuais, sem avaliação de resultados.

A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, fundamenta a escola como espaço de desenvolvimento integral e formação plena do indivíduo, sendo este um referencial legal para a implementação da Lei Lucas nas instituições de ensino (Brasil, 1996). Além disso, a Lei nº 8.080/1990, que organiza o Sistema Único de Saúde, reforça a importância de capacitar profissionais para a promoção e proteção da saúde, integrando a atuação escolar com políticas públicas de saúde (Brasil, 1990).

Domingues *et al.* (2024) evidenciaram que parcerias interdisciplinares e liga acadêmicas podem ampliar a efetividade da lei, oferecendo suporte técnico para professores e funcionários e aumentando a confiança na atuação em emergências. Castanha *et al.* (2025) reforçam que a padronização dos conteúdos com base em protocolos nacionais de primeiros socorros contribui para reduzir inconsistências na resposta a intercorrências clínicas.

Bernardino (2025) destaca que a aplicação da lei melhora o preparo em primeiros socorros e também impacta na formação em saúde, promovendo competências como percepção de risco, tomada de decisão e comunicação em situações críticas. Mantovani *et al.* (2023) apontam que escolas que mantêm treinamentos periódicos, simulados e avaliações práticas apresentam maior índice de segurança e melhor desempenho dos profissionais em emergências.

Os dados quantitativos reforçam essa análise: Oliveira *et al.* (2023) identificaram que 65% das escolas avaliadas cumpriram integralmente os critérios de capacitação da Lei Lucas, enquanto Freitas *et al.* (2023) verificaram que 35% ainda apresentavam lacunas importantes, sobretudo na prática de reanimação cardiopulmonar e atendimento a engasgos. Esses resultados indicam que, embora a Lei nº 13.722/2018 estabeleça um marco legal essencial para a segurança escolar, a sua efetividade depende diretamente de estrutura institucional, periodicidade de capacitação, treinamento prático e integração com políticas de saúde e educação.

4 DISCUSSÃO

A análise dos estudos evidencia que a efetividade da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) depende diretamente da qualidade e da regularidade da capacitação oferecida aos profissionais da educação. Freitas *et al.* (2023) constataram que, mesmo com participação em treinamentos, muitos profissionais ainda se sentem inseguros para agir em situações de emergência, sugerindo que a frequência e o formato das capacitações são determinantes para a internalização das técnicas. Esse achado demonstra que a lei, embora crucial, precisa ser complementada por estratégias práticas que reforcem a confiança e a habilidade técnica.

Oliveira *et al.* (2023) reforçam essa perspectiva ao apontar que a implementação da lei em escolas de Guaratinguetá elevou o conhecimento teórico, mas persistiram dificuldades na execução de procedimentos sob pressão. Esse resultado evidencia que o conhecimento adquirido apenas de forma conceitual não garante a eficiência na atuação prática, sendo essencial a inclusão de simulações realistas e exercícios de campo.

Pereira, Silva e Loureiro (2020) destacam que a repetição e a periodicidade das capacitações aumentam significativamente, indicando que treinamentos pontuais não são suficientes para consolidar competências em primeiros socorros, corroborando a necessidade de um planejamento contínuo e estruturado. Pereira (2023) complementa, enfatizando que abordagens exclusivamente teóricas

comprometem a internalização das técnicas, sendo os exercícios práticos fundamentais para a formação segura e eficaz dos profissionais.

Os documentos governamentais analisados, como o estudo de Torres e Paz (2022), apontam que a efetividade da Lei Lucas varia conforme o suporte institucional disponível. Escolas com infraestrutura adequada, programas contínuos de capacitação e acompanhamento sistemático demonstram melhores resultados, enquanto instituições sem suporte estruturado apresentam lacunas significativas na aplicação das normas. Andrade *et al.* (2025) evidenciam que algumas escolas implementaram planos sistemáticos de capacitação, com avaliação contínua do aprendizado, ao passo que outras realizaram treinamentos isolados, sem monitoramento do desempenho.

Domingues *et al.* (2024) demonstram que parcerias interdisciplinares e o envolvimento de ligas acadêmicas potencializam a aplicação da lei, oferecendo suporte técnico e aumentando a confiança dos profissionais em situações críticas. Castanha *et al.* (2025) complementam, indicando que a padronização dos conteúdos com base em protocolos nacionais de primeiros socorros reduz inconsistências na resposta a intercorrências clínicas, garantindo maior segurança aos estudantes.

Bernardino (2025) ressalta que a aplicação da Lei Lucas não só aprimora o preparo técnico, mas também desenvolve competências fundamentais na formação em saúde, como percepção de risco, tomada de decisão e comunicação em contextos emergenciais. Mantovani *et al.* (2023) apontam que instituições que mantêm treinamentos periódicos, simulados e avaliações práticas apresentam índices mais elevados de segurança e melhor desempenho dos profissionais, evidenciando que a prática contínua é tão relevante quanto a teoria.

Oliveira *et al.* (2023) observaram que 65% das escolas analisadas cumpriram integralmente os critérios de capacitação da Lei Lucas, enquanto Freitas *et al.* (2023) constataram que ainda apresentava-se lacunas significativas, principalmente na prática de reanimação cardiopulmonar e atendimento a engasgos, indicando que a lei estabelece um marco regulatório essencial, mas sua efetividade depende de fatores estruturais, capacitação contínua, treinamento prático e integração com políticas públicas de saúde e educação.

5 CONCLUSÃO

Em suma, este estudo teve como intuito analisar a efetividade da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) na educação em primeiros socorros nas escolas e discutir seus impactos na formação em saúde dos profissionais da educação. A análise mostrou que a lei constitui um marco normativo importante para a promoção da segurança e para a capacitação de professores e funcionários em situações de emergência, oferecendo respaldo legal e institucional às práticas de primeiros socorros.

Apesar dos avanços, observam-se lacunas significativas na implementação da lei. Entre elas, destacam-se a execução prática limitada das técnicas, a insuficiência de treinamentos regulares, a

padronização incompleta dos conteúdos e a desigualdade no suporte institucional e na infraestrutura das escolas. A integração entre políticas educacionais e de saúde, embora prevista em legislação anterior, ainda apresenta desafios para se concretizar de forma efetiva no cotidiano escolar.

A consolidação das competências em primeiros socorros depende fortemente de capacitações contínuas, com exercícios práticos, simulações de emergência e avaliação sistemática do desempenho. Estratégias pedagógicas estruturadas e alinhadas a protocolos de referência podem contribuir para reduzir inconsistências e aumentar a confiança dos profissionais na atuação em situações críticas.

Pesquisas futuras podem explorar a eficácia de programas de capacitação estruturados, investigar metodologias ativas de ensino, acompanhar longitudinalmente o desenvolvimento das habilidades dos profissionais e avaliar como fatores institucionais, como infraestrutura e suporte organizacional, influenciam a efetividade da lei. Além disso, é relevante compreender a percepção de segurança dos profissionais em diferentes contextos escolares e identificar barreiras à implementação consistente da legislação.

Em síntese, a Lei Lucas desempenha papel central na promoção da educação em primeiros socorros e na formação em saúde, mas sua efetividade depende de treinamento contínuo, padronização de conteúdos, suporte institucional e articulação com políticas públicas. Fortalecer essas ações é essencial para garantir que os profissionais da educação estejam capacitados a proteger de forma integral crianças e adolescentes no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. F. *et al.* Aplicabilidade da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) e a segurança infantil nas escolas. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro** 2025. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/3867>. Acesso em: 21 dez. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDINO, L. C. Primeiros socorros nas escolas: a efetividade da Lei nº 13.722/2018 na prevenção de acidentes. **Revista ENIT – Escola Nacional da Inspeção do Trabalho**, 2025. Disponível em: <https://revistaenit.trabalho.gov.br/index.php/RevistaEnit/article/view/265>. Acesso em: 21 dez. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.

CASTANHA, C. S. C. *et al.* A practice-oriented framework for basic life support training of Brazilian school teachers: integrating Law 13,722/2018. **Frontiers in Public Health**, 2025. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12558876/>. Acesso em: 21 dez. 2025.

DOMINGUES, V. P. *et al.* Capacitação em primeiros socorros em crianças a partir da Lei Lucas: relato de experiência da liga acadêmica interdisciplinar de trauma e emergência. **Anais de Eventos Científicos da UNEB**, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/andedcxii/article/view/21368>. Acesso em: 21 dez. 2025.

FREITAS, J. B. Q. *et al.* Lei Lucas: primeiros socorros em uma escola estadual de ensino fundamental. **Revista de Enfermagem da UFJF**, v. 9, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.34019/2446-5739.2023.v9.40255>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/enfermagem/article/view/40255>. Acesso em: 21 dez. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTOVANI, J. L. *et al.* Avaliação do conhecimento sobre a Lei Lucas e sua aplicabilidade: estudo piloto. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, 2023. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/9732>. Acesso em: 21 dez. 2025.

OLIVEIRA, K. C. S. *et al.* Aplicação da Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018) nas escolas de Guaratinguetá. 2023. **Centro de Paula Souza Etec Prof. Alfredo de Barros Santos**. Disponível em:

https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/15272/1/segurancadotrabalho_2023_2_kauanyceresdasilvaoliveira_leilucasnasescolas.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

PEREIRA, A. C. D. O ensino de primeiros socorros para servidores da educação: uma revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, 2023. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/812>. Acesso em: 21 dez. 2025.

PEREIRA, D.; SILVA, I. C. M.; LOUREIRO, L. H. Educação infantil: estratégia de capacitação dos professores em primeiros socorros. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7624>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7624>. Acesso em: 21 dez. 2025.

TORRES, B. A.; PAZ, S. R. A Lei Lucas - Lei Federal nº 13.722/2018: importância no cenário da educação básica no Brasil. **Cadernos de Pedagogia**, 2022. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/cadpedagogia/article/view/19109>. Acesso em: 21 dez. 2025.